

HUMANAS E SOCIAIS

V.10 • N.2 • 2024 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2024v10n2p200-214



DA PATRIMONIALIZAÇÃO À GENTRIFICAÇÃO: RECOMPOSIÇÃO TURÍSTICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2012-2023)

FROM PATRIMONIALIZATION TO GENTRIFICATION: TOURISM
RECOMPOSITION IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO (2012-2023)

DE LA PATRIMONIALIZACIÓN A LA GENTRIFICACIÓN:
RECOMPOSICIÓN TURÍSTICA EN LA CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO
(2012-2023)

Eder Claudio Malta Souza¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as repercussões da política de patrimonialização e dos processos de gentrificação das áreas estratégicas para a recomposição do turismo e da imagem internacional da cidade, que são áreas que possuem intrínseco *valor de consumo* paisagístico, monumental e patrimonial. A metodologia da pesquisa utiliza a revisão de documentos, de artigos científicos e jornalísticos sobre o tema e em pesquisas empíricas entre os anos de 2012 e 2023. Os resultados revelam que os projetos em torno da valorização da sua paisagem cultural avançam para promover a sustentabilidade urbana e patrimonial. Contudo, a especulação imobiliária e a turistificação geram desafios para equilibrar a estigmatização da cidade com uma abordagem participativa, educacional e inclusiva para a população.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimonialização. Turismo. Gentrificação. Patrimônio. Paisagem Cultural.

ABSTRACT

This article aims to analyze the repercussions of heritage policy and gentrification processes in strategic areas for the recomposition of tourism and the city's international image, which are areas that possess intrinsic landscape, monumental, and heritage consumption value. The research methodology uses a review of documents, scientific and journalistic articles on the subject and empirical research between 2012 and 2023. The results reveal that projects aimed at valorizing its cultural landscape are advancing to promote urban and heritage sustainability. However, real estate speculation and touristification pose challenges in balancing the aestheticization of the city with a participatory, educational, and inclusive approach for the population.

KEYWORDS

Patrimonialization; Tourism; Gentrification; Heritage; Cultural landscape.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar las repercusiones de la política de patrimonialización y los procesos de gentrificación en áreas estratégicas para la recomposición del turismo y la imagen internacional de la ciudad, que son áreas que poseen un valor intrínseco de consumo paisajístico, monumental y patrimonial. La metodología de la investigación implica la revisión de documentos, artículos científicos y periodísticos sobre el tema y la investigación empírica entre los años 2012 y 2023. Los resultados revelan que los proyectos en torno a la valorización de su paisaje cultural avanzan para promover la sostenibilidad urbana y patrimonial. Sin embargo, la especulación inmobiliaria y la turistificación plantean desafíos para equilibrar la estetización de la ciudad con un enfoque participativo, educativo e inclusivo para la población.

PALABRAS CLAVE

Patrimonialización; Turismo; Gentrificación; Patrimonio; Paisaje cultural

1 INTRODUÇÃO

A valorização da memória e da identidade das cidades envolve a gestão adequada das áreas urbanas históricas. Essa gestão deve conciliar o planejamento arquitetônico e urbano com os conceitos de patrimônio e paisagem, com o objetivo de mitigar as dificuldades práticas na conservação e na inovação dos usos do ambiente construído. Nesse contexto, as políticas de patrimonialização visam valorizar os bens culturais, materiais e imateriais, assim como as paisagens associadas a espaços sustentáveis capazes de agregar valor cultural, visual e simbólico.

A cidade do Rio de Janeiro, em 2012, recebeu o reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Paisagem Cultural, uma categoria que integra os diferentes conceitos de patrimônio natural e patrimônio cultural material e imaterial. Além disso, a cidade foi palco de dois grandes eventos esportivos: a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, que intensificaram a concorrência imobiliária, dos setores turísticos e dos serviços de consumo, principalmente nas regiões do Centro, Zona Portuária, Zona Sul e Barra da Tijuca.

Esses eventos provocaram uma série de intervenções nos espaços públicos que resultaram em importantes transformações na paisagem urbana carioca, inclusive a gentrificação de áreas estratégicas. As intervenções foram realizadas por meio de parcerias entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) e os setores privados, com investimentos financeiros significativos para a implementação de políticas de preservação paisagística e das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural carioca (APAC).

O artigo promete discutir a política urbana e patrimonial da cidade do Rio de Janeiro e analisar o panorama das intervenções realizadas a partir do ano da chancela da paisagem como patrimônio mundial. Nesse sentido, nosso objetivo é analisar as repercussões da política de patrimonialização e dos processos de gentrificação das áreas estratégicas para a recomposição do turismo e da imagem internacional da cidade, que são áreas que possuem intrínseco valor de consumo paisagístico, monumental e patrimonial.

Para tanto, questionamos em que medida a valorização da paisagem cultural visa promover a sustentabilidade urbana e patrimonial diante dos paradoxos da gentrificação que impulsiona a especulação imobiliária e a turistificação. Para discutir esta questão, a metodologia da pesquisa se baseia na revisão de documentos, de artigos científicos e jornalísticos sobre o tema e em pesquisas empíricas realizadas entre os anos de 2012 e 2023, que subsidiam nossa argumentação.

Na seção inicial do artigo, investigamos as pesquisas relacionadas ao tema, com o objetivo de analisar as estratégias de valorização paisagística e patrimonial implementadas pelo poder público para reestruturar o fluxo turístico na cidade. Na segunda seção, discutimos os processos de patrimonialização e gentrificação e seus paradoxos, seguido por uma análise dos efeitos desses processos, especialmente nas zonas sul e portuárias. Com o objetivo de contribuir para o debate, discutiremos tais processos a partir da noção de *valor de consumo* (Malta, 2018), que nos permite reexaminar o processo de valorização paisagística e a recomposição da imagem da cidade do Rio de Janeiro com foco *nos itinerários do consumo cultural* (MALTA, 2023b).

2 PAISAGENS, PATRIMÔNIOS E IMAGEM URBANA

No Brasil, o conceito de paisagem cultural foi adotado pelo IPHAN em 2009, como uma forma de ampliar a visão sobre o patrimônio brasileiro, que até então se concentrava nas cidades históricas de origem colonial. Tal conceito busca valorizar a relação entre os aspectos materiais, imateriais, culturais e naturais, que compõem as identidades e memórias dos lugares. Assim, a paisagem cultural não se limita aos monumentos arquitetônicos e urbanísticos, mas abrange também as práticas, os saberes, as noções de natureza e memória social, os lugares e as expressões que revelam a diversidade e a riqueza da cultura brasileira. A paisagem cultural é, portanto, uma forma de reconhecer e preservar os bens culturais e o ambiente integrados à vida cultural das cidades (Costa; Serres, 2016).

A Unesco define a paisagem cultural por meio da conexão entre o espaço e o tempo, as práticas e manifestações culturais e os espaços urbanos e naturais que a integram. Até o reconhecimento do Rio de Janeiro como primeira paisagem cultural urbana, título que foi concedido pela sua relação única entre homem e natureza, os sítios reconhecidos nessa tipologia eram relacionados a áreas rurais, sistemas agrícolas tradicionais, jardins históricos e outros locais de cunho simbólico (Ribeiro, 2018).

Para convencer a Unesco que havia um planejamento estratégico de preservação patrimonial, a prefeitura criou o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PDDU) em 2011, que deu base ao Dossiê Paisagens Cariocas entre a montanha e o mar, elaborado pelo IPHAN (2012), e que define as diretrizes para o planejamento urbano da cidade. O PDDU (Pcrj, 2011) tem três princípios básicos: o desenvolvimento sustentável, que busca equilibrar o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social; a função social da cidade e da propriedade urbana, que visa garantir o direito à moradia, à mobilidade e aos serviços públicos; e a valorização e sustentabilidade ambiental, paisagística e patrimonial, que orienta o uso do solo e o controle das intervenções urbanas.

Tais princípios foram reafirmados no documento Pós-2016: O Rio mais integrado e competitivo – Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro, nas versões 2009 – 2013 e 2013 – 2016 (Pcrj, 2009; 2013). Por um lado, estes documentos, em consonância com o PDDU, enfatizaram a importância da sustentabilidade para o planejamento urbano do Rio e a proteção da paisagem, da biodiversidade e do ambiente cultural afim de evitar impactos visuais negativos e regular dos grandes projetos urbanos. Por outro, tais planos ressaltaram a inovação dos usos dos espaços públicos e propõem a requalificação urbana e ambiental das áreas ocupadas irregularmente pelas favelas, que foram alvo de políticas de remoção e racionalização nas décadas anteriores (Malta, 2023).

Um exemplo dessa estratégia é que o dossiê aprovado pela Unesco não inclui a Zona Portuária e a região central dentro dos limites iniciais do novo sítio paisagístico. Com a proximidade dos grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, essas duas áreas foram alvo de intervenção prioritária pela prefeitura, justamente por possuírem vista privilegiada para a Baía de Guanabara, áreas históricas e bens culturais onde se concentraram as intervenções para a construção de espaços para o usufruto dos visitantes e para a atração de empreendedores e investidores imobiliários.

Diante desse cenário, a prefeitura criou o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) por meio do decreto nº 35879 de 5 de julho de 2012 para gerir o patrimônio cultural e paisagístico da cidade. O

IRPH atua como um escritório técnico da paisagem (Ribeiro, 2019), que tem como função gerir a paisagem na área reconhecida como patrimônio mundial e administrar o Programa de Apoio à Conservação do Patrimônio Cultural Edificado (PRÓ-APAC), por meio do financiamento dos projetos de recuperação e manutenção de imóveis tombados ou protegidos pelo município. As Apac são estabelecidas por lei mediante a identificação, delimitação e registro do patrimônio e abrangem diversos bairros da cidade, como o Centro Histórico, Santa Teresa e Copacabana, em forma de zonas especiais de interesse histórico, cultural e arquitetônico que incluem espaços públicos significativos para as comunidades locais.

Devido à sua crescente importância, tal conceito de paisagem passou a ser incorporado em diversas instituições e instrumentos de políticas urbanas. Simultaneamente a essa integração, observa-se uma transformação significativa no conceito que ultrapassa suas características visuais, pois “a paisagem como categoria para a gestão urbana tem sido valorizada e transformada em tema importante para a organização espacial e produção de discursos sobre a cidade e prática da cidadania” (Ribeiro, 2018, p. 157).

Para convergir gestão, investimentos e a participação popular, a política urbana teve duplo escopo: preservar a integridade, a atratividade e a autenticidade visual dessas áreas, além de reconhecer as manifestações culturais e memória locais, como os cortejos religiosos e sua interação com os espaços urbanos; além de promover a renovação e revitalização dos espaços públicos e seus equipamentos culturais.

Além da criação de projetos de sustentabilidade urbana como o Pró-Apac, a inovação da função social das propriedades convergiu com a política urbana de valorização paisagística. Destacam-se, nesse contexto, a construção do Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio na Zona Portuária, a renovação do Maracanã na Zona Oeste, o projeto Reviver Centro e a construção do Museu da Imagem do Som na Zona Sul, em Copacabana. Embora tenham ocorrido mudanças significativas na paisagem, a principal justificativa para essa estratégia foi promover o desenvolvimento sustentável e proteger a ambiência, a integridade e a originalidade da paisagem cultural.

Um dos espaços mais significativos associados ao processo de patrimonialização é a Zona Sul, que representa o imaginário do consumo cultural carioca, com seu estilo de vida praiano, conceitos modernistas de urbanização e construções cosmopolitas, amplamente difundidos como a imagem do Brasil no exterior. Segundo Guimarães (2016), a patrimonialização da Zona Sul teve um papel indireto na sustentabilidade urbana dos seus bairros devido ao apoio de algumas associações de moradores interessadas em preservar as características arquitetônicas e ambientais das localidades e evitar o aumento populacional.

Essa ação foi estratégica, pois atuou na contenção de nova especulação imobiliária e à onda de renovação na Zona Sul. Em síntese, os objetivos e ações planejadas para o desenvolvimento sustentável visaram principalmente regular os usos dos equipamentos urbanos, recuperar complexos arquitetônicos, promover o patrimônio cultural e atrair investidores para criar projetos urbanos sustentáveis.

Esta estratégia redirecionou o fluxo de investimentos imobiliários para a Zona Portuária, que tem sido objeto de especulação desde o início do projeto Porto Maravilha em 2009. Além disso, permitiu a proteção da área residencial e restringiu novas construções que poderiam comprometer a autenticidade da paisagem dos espaços públicos e a qualidade de vida das comunidades residenciais da Zona Sul.

Detalharemos sobre os circuitos no próximo tópico, mas para a compreensão dos itinerários de consumo e turismo, é possível fazer uma pesquisa virtual no *Google maps* nas opções restaurantes, hotéis, museus, transportes públicos etc. disponíveis no aplicativo para confirmar visualmente os usos comerciais existentes nestes espaços. Essas e outras Apac (Corredor Cultural, Santa Teresa, Lido e Peixoto (Copacabana), Ipanema/Leblon, Botafogo etc.) sofrem forte pressão imobiliária do setor de hospedagem e turismo que tensiona à gentrificação de suas localidades populares.

3 PAISAGEM CULTURAL E GENTRIFICAÇÃO

A gentrificação tem sido uma realidade comum em muitas áreas urbanas ao redor do mundo, sob o pretexto de preservar o patrimônio e a paisagem das cidades. Carlos (2019) argumenta que a gestão urbana profundamente influenciada pela lógica neoliberal, o que resulta em uma participação crescente do setor privado em oportunidades de negócios rentáveis. Esse modelo impulsiona os processos de gentrificação, que transformam áreas residenciais antigas, portuárias ou industriais em espaços enobrecidos para a visitação, consumo e habitação das classes médias e altas, e frequentemente deslocam moradores de baixa renda para áreas periféricas (Leite, 2023). Essa transformação, muitas vezes, converte essas áreas em espaços de interesse de consumo cultural para atrair empresas do setor turístico, produtores culturais, donos de bares, restaurantes, empresas de hospedagem, mobilidade e tecnologia, entre outros.

Zukin (2016) destaca três paradoxos que desafiam as noções convencionais sobre gentrificação e revelam sua natureza dinâmica e muitas vezes imprevisível. O primeiro paradoxo é sua natureza inesperada. Embora pareça inevitável em retrospectiva, a sua ocorrência muitas vezes surpreende, especialmente em áreas que, à primeira vista, não parecem atrativas para a habitação. Isso é evidenciado pelo influxo de novos moradores, mudanças na paisagem urbana e o aumento dos preços dos imóveis. O segundo paradoxo é que, apesar da atenção da mídia, a gentrificação não é necessariamente a tendência urbana mais significativa. Embora seja um fenômeno visível e controverso, pode não ser tão dominante quanto outras tendências urbanas, como a crescente pobreza urbana e a segregação racial persistente.

Por fim, o terceiro paradoxo se refere às consequências sociais da gentrificação, que podem ser devastadoras para as comunidades locais. Embora possa trazer melhorias estruturais para uma área, também pode resultar na expulsão de residentes e comerciantes populares, em mudanças culturais e econômicas, e na perda de identidade local. O aumento dos preços dos imóveis e o influxo de novos moradores gera um fenômeno conhecido como efeito pinça, que converge as políticas neoliberais de planejamento urbano, investimentos transnacionais e o deslocamento cultural que resultam em políticas governamentais de conversão de habitações sociais em propriedades privadas e o investimento de capital transnacional exacerbam os efeitos da gentrificação (Zukin, 2016).

No caso da cidade do Rio de Janeiro, é possível que os três paradoxos encontrem correspondência e se exacerbem nas diferentes zonas e seus bairros objetos de valorização paisagística. De acordo

com Novaes (2018), as favelas de três localidades principais – a Região Portuária, o bairro da Barra da Tijuca e as favelas da Zona Sul – tem se tornado objeto da gentrificação, ou seja, ocorrem experiências de elitização das favelas, o que levou a autora chamar de gentrificação periférica.

Suas pesquisas identificam a recorrência de áreas gentrificadas e uma gradual requalificação dos usos comerciais e residenciais em favelas situadas em áreas de interesse paisagístico e comercial na Zona Sul. Há

[...] mudanças no padrão dos comércios e serviços, no perfil da população que circula e consome estes serviços, além do encarecimento do custo de vida e novas oportunidades criadas para venda e aluguel de imóveis por valores nunca praticados na favela (Novaes, 2018, p. 2).

Observamos que, contraditoriamente, a contrapaisagem (Malta, 2023) passa por um processo de turistificação e valorização paisagística. Isso ocorre porque o mercado imobiliário, turístico e de entretenimento tem interesse em áreas de valor paisagístico e comercial. Muitos morros possuem essas características e se tornam atraentes para os especuladores, para novos públicos interessados em conhecer e em ter oportunidades nesses locais, sejam turistas ou visitantes locais, empresários, universidades, artistas e produtores culturais etc. Isso implica em mudanças no cotidiano dos lugares. São mudanças que compreendem a paisagem urbana nos aspectos geográficos, políticos, culturais, socioambientais e econômicos, e refletem as mudanças na visualidade da paisagem vernacular das contrapaisagens e dos lugares frequentados por um público consumidor e mais abastado.

A gentrificação na cidade do Rio de Janeiro se tornou um intenso debate nos trabalhos de pesquisadores brasileiros e de diversos meios de comunicação. Sotratti (2016), observa que tal processo chegou à Apac Sagas com foco na região portuária do Rio de Janeiro, especialmente o Porto Maravilha, e destaca-se como estratégia central de refuncionalização e gentrificação de áreas tradicionais como o Morro da Providência onde foi instalado um teleférico na subárea que envolve os bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo, e na região da Praça Mauá que emerge como um epicentro turístico, caracterizado por intervenções monumentais como o Museu de Arte do Rio (M.A.R), construído em 2013, e o Museu do Amanhã, em 2015. Assim como as praias e as práticas esportivas, o autor lembra que “o carnaval carioca e os teleféricos estão consolidados no imaginário coletivo como atividades de forte natureza turística, contemplativa e de festa” (Sotratti, 2016, p. 313).

Na Zona Portuária, as ações mais importantes do projeto Porto Maravilha visaram melhorias da infraestrutura, desenvolvimento de novas áreas habitacionais, comerciais e industriais, além de espaços culturais e entretenimento até os Jogos Olímpicos. Junto aos equipamentos culturais, também foi criado o planejamento viário para mobilidade sustentável com VLT e ciclovias, com vistas à melhoria da mobilidade das comunidades que vivem no entorno do Porto. No entanto, essas ações seguem o ABC da gentrificação que, de acordo com Zukin (2016), tem em vista a adaptação cultural, o embelezamento e o bloqueio da visibilidade da pobreza com o incremento de elementos visíveis e simbólicos do consumo cultural, como galerias de arte, boutiques e cafés³ que surgem em bairros gentrificados.

3 No original, o ABC é formado pelas iniciais de Art galleries, Boutiques, Cafes. Tal expressão é também discutida de forma mais ampla, como um glossário da gentrificação. C.f. The ABCs of Gentrification, produzido por Alexander C. Fella (2019).

Essas novas paisagens são apropriadas pela atividade turística e tem ainda a influência do *marketing* e da mídia na construção de narrativas. Isso ocorreu de maneira incontornável na campanha de legitimação da Zona Portuária como uma marca do Novo Rio durante os Jogos Olímpicos de 2016. O turismo cultural impulsiona estratégias de refuncionalização, muitas vezes alinhadas à lógica globalizante, que visa atrair visitantes e investidores interessados não apenas na história, mas na própria estetização e consumo do patrimônio e dos lugares.

Figura 2 – Boulevard Olímpico e o Museu do Amanhã



Fonte: Diário do Turismo, 2016⁴.

Podemos argumentar que o aumento na participação do setor privado na gestão de espaços paisagísticos e bens culturais e históricos ocorre porque tal setor age para agregar *valor de consumo* e os tornam uma mercadoria cultural. Nesse contexto, o termo valor de consumo se refere ao processo de valorização de troca e de uso de um bem cultural, não apenas pela sua aquisição, que ocorre não somente pela aquisição, mas também devido à dimensão cultural da economia na simbolização e no seu uso, sejam objetos, lugares ou paisagens. Assim, abrange processos de mudança nas dimensões materiais e imateriais da vida cotidiana cada vez mais intermediadas pela cultura de consumo.

Assim, a noção conceitual e técnica do patrimônio e da paisagem cultural adaptou-se às novas estratégias dos setores turísticos que vislumbraram um mercado com oportunidades de negócios rentáveis – museus interativos e tecnológicos, centros culturais, *hostels*, hotéis de luxo, restaurantes, pubs, botequins, cafés, teatros, cinemas, etc. – e aposta na revitalização arquitetônica de casas, praças e ruas de áreas centrais, históricas e/ou tradicionais, assim como de antigos mercados, portos, parques industriais, linha férreas, galpões etc..

⁴ Disponível em: <https://diariodoturismo.com.br/30720-2/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

4 O VALOR DE CONSUMO DOS NOVOS ITINERÁRIOS URBANOS CARIOCA

Na contramão dos aspectos negativos da gentrificação, em 2013, o IRPH criou o Circuito do Patrimônio Cultural Carioca que abrange 22 circuitos com bens culturais materiais e imateriais espalhados pela cidade nas áreas de Literatura, Liberdade, Art-Déco, Cinemas, Trem, Botequins, Águas, Samba, Bossa Nova, Praça Tiradentes, Herança Africana, Choro, Negócios Tradicionais etc. Tal iniciativa identifica com “plaquinhas azuis” os bens das Apac. O Circuito de Negócios Tradicionais, por exemplo, identifica os estabelecimentos comerciais que desempenham atividade econômica tradicional e notável na cidade (Pcrj, 2015). Dentre ele a famosa Confeitaria Colombo (1894), de estilo art nouveau e remanescente da belle époque carioca, e a Churrascaria Palace (1951), um edifício de arquitetura art-déco, da primeira metade do século XX.

Outro exemplo é a territorialidade da Pequena África, representada pelo Circuito Herança Africana, que rememora o tráfico transatlântico de escravos. Rios e Oliveira (2022) ressaltam o sítio arqueológico do Cais do Valongo como um dos principais símbolos da diáspora africana, cuja redescoberta ocorreu durante as obras do Porto Maravilha em 2011. As intervenções no local desencadearam um processo de valorização patrimonial e transformaram-no em um destino turístico após receber o reconhecimento da UNESCO como Patrimônio Mundial em 2017, que destacou sua relevância na narrativa histórica da paisagem cultural carioca.

Conforme Oliveira (2018), apesar do seu reconhecimento atual, antes de sua redescoberta, o Cais do Valongo representava uma memória intencionalmente esquecida entre os elementos que constituem a cidade maravilhosa. No entanto, a materialidade do Cais foi incorporada pelo discurso de inclusão social da Pcrj criado para os Jogos Olímpicos: a Cidade Olímpica é a Cidade Maravilhosa sendo maravilhosa para mais gente.

A atividade turística na região, influenciada pela busca de distinção e negociação de capitais simbólicos, assume uma função sociopolítica relevante. Iniciativas como o turismo diaspórico e programas pedagógicos contribuem para a educação em espaços não formais e estimulam processos de inclusão social (Rios; Oliveira, 2022). Ao considerar as relações étnico-raciais na cidade do Rio de Janeiro, seu reconhecimento junta-se a outros importantes circuitos, como o Circuito da Diversidade, criado em 2021, e o Circuito da Igualdade Racial, criado em 2023, para identificar os referentes culturais locais das minorias sexuais, étnicas etc.

Entendemos que, na prática, a política da diferença promove avanços significativos no reconhecimento da diversidade cultural, mas o cerne desse processo implica o reconhecimento de formas de interação baseadas no consumo e pressupõe a seleção de bens e lugares que têm potencial de atração de visitantes e empreendedores (Malta, 2023; Leite, 2023). Em muitos casos, isso leva ao alto grau de segregação dos usos do espaço público em torno de seu valor de consumo, visto que os *itinerários de consumo cultural* (Malta, 2023b) reforçam as assimetrias socioeconômicas e culturais, uma vez que se concentram em atrair promotores culturais, consumidores e novos moradores das classes média e alta para conhecer ou habitar os lugares tradicionais e renovados da cidade.

A singularidade da paisagem cultural carioca foi intencionalmente projetada para ser um cartão postal brasileiro e suas imagens naturais, a arquitetura e o urbanismo moderno globalizadas como

uma marca, a marca Rio. No entanto, a cidade do Rio de Janeiro sofreu uma onda de gentrificação impulsionadas pelas ostensivas práticas turísticas em virtude das suas próprias particularidades de urbanização, uma vez que o design, a arquitetura e o desenvolvimento de uma metrópole moderna competem com seus próprios problemas sociais, habitacionais e às dificuldades técnicas e políticas no gerenciamento de áreas urbanas violentas e densamente povoadas.

A patrimonialização da Zona Sul foi idealizada com grande incentivo da UNESCO. O Calçadão de Copacabana foi considerado um bem cultural, especialmente por causa do mosaico de pedras portuguesas da Orla, desenhado como ondas. A paisagem urbana da praia de Copacabana é composta por diversos prédios e hotéis localizados na Avenida Atlântica e possui uma arquitetura diversificada, apesar da predominância dos edifícios requintados de estilos neoclássicos e modernistas, símbolos de um bairro moderno e elegante.

No entanto, a integridade da visualidade elegante começa a competir com novos equipamentos culturais. O projeto mais recente que permitirá uma grande mudança visual na praia de Copacabana é o Museu da Imagem e do Som (MIS). Seu projeto arquitetônico pós-modernista se baseia no mosaico do calçadão de Copacabana e representa uma nova tendência de arquitetura e urbanismo no Rio de Janeiro.

Neste sentido, as principais ideias para o uso do conceito de patrimonialização baseiam-se no embelezamento e na refuncionalização de áreas antigas para criar itinerários de consumo cultural e de mobilidade urbana. A interação entre turismo cultural e patrimonialização na cidade do Rio de Janeiro revela a necessidade de abordagens holísticas e devemos considerar não apenas o impacto econômico e estético, mas também a memória social e a identidade das comunidades locais.

Já afirmamos em outro trabalho (Malta, 2018) que é necessário integrar ações educacionais de longo prazo em projetos de reurbanização de áreas históricas na cidade do Rio de Janeiro. A população local deve ser vista como beneficiária das inovações urbanas e as políticas urbanas como agentes de transformação social ampla para a justiça social. Para tanto, a Pcrj buscou criar canais de participação social por meio do último Plano Estratégico Rio Futuro – 2021 – 2024 e do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro (PDS) (2021), que divulgam a devolutiva da participação por meio de seus sites, porém não necessariamente sobre a paisagem cultural e outros aspectos aqui debatidos.

Entendemos, portanto, que os formuladores de políticas urbanas e sociais devem buscar iniciativas participação como projetos educacionais abrangentes que utilizem tecnologias e inovações propostas em museus para se criar espaços de aprendizado que envolvam ativamente a população na chancela da sua própria paisagem.

Como ressalta Ribeiro (2019, p. 164-165) “a formação de espaços políticos de gestão do patrimônio e da cidade a partir da paisagem é, ao mesmo tempo, uma das maiores inovações possíveis e um dos maiores desafios ainda a ser enfrentado”. Segundo o autor, é preciso desnaturalizar o patrimônio e a paisagem, justamente porque eles não possuem valor intrínseco, mas são bens que possuem valorações diversas negociadas e disputadas pelos diferentes grupos e seus diferentes interesses. Essa perspectiva ressalta que o patrimônio e a paisagem são, em essência, políticos e por isso é preciso que exista instrumentos que estabeleçam espaços de gestão compartilhadas e participativas (RIBEIRO, 2019).

Por fim, as decisões sobre o que preservar ou modificar refletem poderes políticos, econômicos e sociais em jogo. Desnaturalizar esses elementos permite uma análise mais crítica das dinâmicas de poder envolvidas na gestão do patrimônio e na configuração da paisagem urbana. A construção de espaços políticos na gestão do patrimônio e da cidade pela paisagem implica em criar estruturas e processos que considerem a diversidade de perspectivas e interesses. Isso pode envolver a promoção de diálogo entre comunidades locais, especialistas em preservação, planejadores urbanos e investidores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário urbano contemporâneo, marcado por uma competição global dos mercados de consumo cultural, as cidades buscam reavaliar suas estratégias de desenvolvimento. No caso do Rio de Janeiro, as políticas públicas de recomposição da paisagem e revitalização urbana emergem como respostas aos desafios iminentes, não apenas para tornar a cidade habitável, mas também um patrimônio mundial reconhecido.

As parcerias público-privadas e os vultosos investimentos delineiam o caminho para políticas sustentáveis. Contudo, é crucial questionar a direção desses investimentos, especialmente quando se observa a forte especulação imobiliária que muitas vezes acompanha tais iniciativas. A valorização de áreas paisagísticas pode impulsionar a sustentabilidade econômica e cultural, mas a depender do processo de implementação, também poderá conduzir à exclusão social se ao transformar os espaços cotidianos em atrações turísticas sem considerar as necessidades locais.

Além da política de patrimonialização, a realização de megaeventos se tornou oportunidades estratégicas para remodelar a cidade e provocar transformações urbanas significativas. No entanto, avaliamos o impacto desses eventos além da narrativa de legado urbano para compreendermos como afetam a vida cotidiana especialmente em comunidades sujeitas a processos de gentrificação. Nesse sentido, defendemos que a atribuição de valor patrimonial à paisagem cultural deve ser equilibrada com a necessidade de enfrentar problemas sociais persistentes.

O desafio vai além da estetização da cidade; trata-se de construir instrumentos de gestão participativa e meios de educação patrimonial que permitam a conexão entre desenvolvimento urbano e social. A educação, atrelada a projetos inovadores e inclusivos pode gerar conexões entre os projetos de desenvolvimento e as aspirações sociais para se construir um legado sustentável para as gerações futuras. Em suma, o futuro urbano carioca dependerá da capacidade de equilibrar a competição global com a responsabilidade local. O desafio é não apenas tornar o Rio de Janeiro uma cidade de referência mundial, mas também garantir que seja uma referência para a população carioca.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Claudio A. S. L. Paisagem cultural no contexto político-administrativo da cidade do Rio de Janeiro. *In*: MARTINS, Bianca Camargo (org.). **Arquitetura e urbanismo**: competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado. V. 1. Ponta Grossa: Atena, 2019. p. 125-136.

COSTA, Luciana de C. N.; SERRES, Juliane C. P. Paisagem Cultural: discussões contemporâneas por um (novo) olhar para o patrimônio cultural. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 1, p. 35-44, 2016.

GUIMARÃES, Roberta S. O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 149-168, 2016.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar. *In*: IPHAN. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade**. Brasília, 2012.

LEITE, Rogerio P. Counter uses of the city: cultural consumption and gentrification. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, p. 3148-3170, 2023.

MALTA, Eder. Cidade e turismo: o valor de consumo da (contra)paisagem cultural carioca. **Teoria e Cultura**, v. 13, p. 323-337, 2018.

MALTA, Eder. Políticas de patrimônio e estratégias de valorização paisagística do Rio de Janeiro. *In*: Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (org.). **Sociologia**: fenômenos formais e informais nas relações da sociedade. V. 1. Ponta Grossa-PR: Atena, 2023. p. 61-72.

MALTA, Eder. **Patrimônio, consumo cultural e turismo em Ouro Preto/MG Pós-Covid-19**. Campinas: 47th Annual ANPOCS Meeting, 2023b

NOVAES, Patricia Santos. **Favelas e gentrificação**: ampliando o debate, 2018. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopol.net.br/wp-content/uploads/2019/12/Favelas-e-Gentrificacao_ampliando-o-debate_Patricia-Novaes.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

OLIVEIRA, Maria Amália S. A. Memória e identidade em processos de turistificação de lugares: o caso do Cais do Valongo (RJ - Brasil). **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 49-74, 2018.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Novos patrimônios do Rio**. 2015. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/portaldoservidor/exibeconteudo?id=5160093>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Pós-2016:** O Rio mais integrado e competitivo – Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro: 2013 – 2016. Rio de Janeiro, 2013.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro.** Lei Complementar nº 111/2011, Rio de Janeiro, 1 fev. 2011. 151 p.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Pós-2016:** o Rio mais integrado e competitivo – Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro: 2009 – 2013. Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, Rafael W. A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife. *In:* FIDALGO, Pedro (org.). **A paisagem como problema:** conhecer para proteger, gerir e ordenar. V. 5. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2018. p. 155-170.

RIBEIRO, Rafael W. Gestão da paisagem, gestão da cidade: quais os legados do Rio de Janeiro Patrimônio Mundial? **Revista CPC, USP**, v. 14, n. 27, p. 144-166, 2019.

RIOS, Débora. A.; OLIVEIRA, Maria Amália S. A. Tourism in the process of urban interventions: the case of Little Africa, in Rio de Janeiro. **Service and Tourism: Current Challenges**, v. 16, p. 119-130, 2022.

SOTRATTI, Marcelo A. A ideologia espacial na patrimonialização e gestão de bens culturais em áreas gentrificadas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 2, p. 303-323, 2016.

ZUKIN, Sharon. Gentrification in Three Paradoxes. **City & Community**, v. 15, n. 3, 202-220, 2016.

Recebido em: 9 de Abril de 2024

Avaliado em: 15 de Maio de 2024

Aceito em: 25 de Junho de 2024



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2024 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

1 Doutor em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe – UFSE; Pós-doutor em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas – UFPel/RS; Professor Visitante no Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS) e do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA) – UFS.
E-mail: ecmsouza@gmail.com

